

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Segundo a Organização Internacional de Migração, mais de 3.000 pessoas morreram em 2014 durante a tentativa de migrar para a Europa. Essas mortes ocorreram em virtude dos imigrantes estarem em embarcações sem qualquer segurança tentando atravessar o:

- Mar mediterrâneo.
- Mar báltico.
- Oceano atlântico.
- Oceano pacífico.

2. O(a) principal candidato(a) à presidência dos Estados Unidos em 2016, pelo Partido Republicano, é:

- Hillary Clinton.
- Donald Trump.
- Ted Cruz.
- Bernie Sanders.

3. O rompimento de uma barragem, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais, ocorreu na tarde de 5 de novembro de 2015. Trata-se de uma barragem de rejeitos de mineração controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo. O texto se refere à:

- Barragem Vale do Rio Doce.
- Barragem Samarco.
- Barragem de Fundão.
- Barragem Mariana.

CONSTITUCIONAL

4. “Por definição, toda Constituição constitui um limite da expressão e da autonomia da vontade popular. Constituição quer dizer limitação da liberdade da maioria de cada momento, e, neste sentido, quanto mais Constituição, mais limitação do princípio democrático. O problema consiste em saber até que ponto é que a excessiva constitucionalização não se traduz em prejuízo do princípio democrático” (Vital Moreira). A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

As constituições, sobretudo nos países que adotam mecanismos de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis, impõe bloqueios para a deliberação coletiva

PORQUE

Subtraem do espaço de decisão dos representantes do povo certas questões previamente estabelecidas pelo constituinte originário, principalmente com relação as cláusulas pétreas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

5. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se

uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- Apenas a assertiva I está incorreta.
- Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- Todas as assertivas estão corretas.

6. Com relação ao tema “Poder Constituinte e Emenda à Constituição”, analise as afirmativas a seguir.

I. A proposta de emenda constitucional exige um quorum qualificado para sua aprovação. A emenda constitucional será considerada aprovada após discussão e votação em dois turnos pelo Senado Federal, devendo obter três quintos dos votos dos seus membros em cada turno de votação.

II. São temas que não podem ser objeto de proposta de emenda constitucional que os pretenda abolir: (i) a forma federativa de Estado; (ii) os direitos e garantias individuais; (iii) a separação dos Poderes; (iv) o voto direto, secreto, universal e periódico; e (v) as regras constitucionais relativas ao controle de constitucionalidade.

III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Assinale:

- se somente a afirmativa i estiver correta.
- se somente a afirmativa ii estiver correta.
- se somente a afirmativa iii estiver correta.
- se todas as afirmativas estiverem corretas.

7. O marco histórico do novo direito constitucional, na Europa continental, foi o constitucionalismo do pós-guerra, especialmente na Alemanha e na Itália. No Brasil, foi a Constituição de 1988 e o processo de redemocratização que ela ajudou a protagonizar. A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

A superação histórica do jusnaturalismo e o fracasso político do positivismo abriram caminho para um conjunto amplo e ainda inacabado de reflexões acerca do Direito, sua função social e sua interpretação, sendo caracterizados pela doutrina constitucional um marco filosófico da Constitucionalização do Direito.

PORQUE

O pós-positivismo busca ir além da legalidade estrita, mas não despreza o direito posto; procura empreender uma leitura moral do Direito, mas sem recorrer a categorias metafísicas. A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico não de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- as asserções i e ii são proposições verdadeiras, e a ii é uma justificativa correta da i.
- as asserções i e ii são proposições verdadeiras, mas a ii não é uma justificativa correta da i.
- a asserção i é uma proposição verdadeira, e a ii é uma proposição falsa.
- a asserção i é uma proposição falsa, e a ii é uma proposição verdadeira.

8. Assinale a alternativa INCORRETA.

- regras materialmente constitucionais são as regras que organizam o estado.
- somente são materialmente constitucionais as regras que se relacionam com o poder e que tratam de matéria constitucional, independentemente de estarem ou não dispostas na constituição.

c) todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

d) o fato de uma regra estar na constituição não significa que ela é hierarquicamente superior as demais normas jurídica do ordenamento.

9. A respeito dos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal, sob os quais se organiza o Estado Brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

II. Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão o de construir uma sociedade justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, e socializar a propriedade dos meios de produção.

III. A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

IV. São alguns dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais: a prevalência dos direitos humanos, o exercício da hegemonia política na América Latina e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Assinale:

a) se apenas as afirmativas ii e iv estiverem corretas.

b) se apenas as afirmativas i e iii estiverem corretas.

c) se apenas as afirmativas i e iv estiverem corretas.

d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

10. (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – TJPI – 2007 – CESPE) – O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações)).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.

b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.

c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias”.

d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

11. Um grupo de moradores do bairro Triângulo da cidade de Porto Velho se reuniu e resolveu criar uma associação que atendesse os interesses das pessoas que ali moram. Tal grupo foi informado que o Código Civil estabelece algumas exigências para a existência de uma associação. Baseado nas regras estabelecidas no Código Civil vigente analise as proposições abaixo e marque a opção correta.

a) Entre os associados não haverá direitos e obrigações recíprocas, bem como o estatuto poderá estabelecer a transmissibilidade da condição de associado e instituir categorias com vantagens especiais.

b) A associação por ser uma pessoa jurídica sem fins lucrativos não poderá desenvolver atividades econômicas.

c) Se houver abuso da personalidade jurídica da associação, o Ministério Público, por zelar pelo bom uso da associação, poderá, a pedido da parte interessada, desconsiderar a personalidade jurídica.

d) O associado que quiser se retirar da associação passará por regular processo assegurado o direito de defesa e recurso, nos termos previsto no estatuto.

12. (DPE-CE/2014) Florinda casou-se com Girafales, que, três anos depois, passou a ingerir bebida alcoólica em excesso, a ponto de tornar insuportável a vida conjugal. Muito abalada, requereu a anulação do casamento, alegando erro essencial quanto à pessoa do cônjuge. O pedido de Florinda, por esta causa, deverá ser;

a) indeferido, pois o erro essencial somente teria se caracterizado se a causa fosse anterior ao casamento.

b) indeferido, pois transcorrido prazo prescricional de dois anos para a formulação do pedido.

c) deferido, pois incidiu em erro da vontade.

d) deferido, pois o alcoolismo tornou insuportável a vida em comum.

13. (XIX EXAME DA ORDEM UNIFICADO - 2016) A peça Liberdade, do famoso escultor Lúcio, foi vendida para a Galeria da Vinci pela importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Ele se comprometeu a entregar a obra dez dias após o recebimento da quantia estabelecida, que foi paga à vista. A galeria organizou, então, uma grande exposição, na qual a principal atração seria a escultura Liberdade. No dia ajustado, quando dirigia seu carro para fazer a entrega, Lúcio avançou o sinal, colidiu com outro veículo, e a obra foi completamente destruída. O anúncio pela galeria de que a peça não seria mais exposta fez com que diversas pessoas exercessem o direito de restituição dos valores pagos a título de ingresso. Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

a) Lúcio deverá entregar outra obra de seu acervo à escolha da Galeria da Vinci, em substituição à escultura Liberdade.

b) A Galeria da Vinci poderá cobrar de Lúcio o equivalente pecuniário da escultura Liberdade mais o prejuízo decorrente da devolução do valor dos ingressos relativos à exposição.

c) Por se tratar de obrigação de fazer infungível, a Galeria da Vinci não poderá mandar executar a prestação às expensas de Lúcio, restando-lhe pleitear perdas e danos.

d) Com o pagamento do preço, transferiu-se a propriedade da escultura para a Galeria da Vinci, razão pela qual ela deve suportar o prejuízo pela perda do bem.

14. (EXAME DA ORDEM – 2010) Maria celebrou contrato de compra e venda do carro da marca X com Pedro, pagando um sinal de R\$ 10.000,00. No dia da entrega do veículo, a garagem de Pedro foi invadida por bandidos, que furtaram o referido carro. A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

a) Haverá resolução do contrato pela falta superveniente do objeto, sendo restituído o valor já pago por Maria.

b) Não haverá resolução do contrato, pois Pedro pode alegar caso fortuito.

c) Maria poderá exigir a entrega de outro carro.

d) Pedro poderá entregar outro veículo no lugar no automóvel furtado.

15. A respeito da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

a) O ato praticado com abuso de poder, mesmo quando não causa dano à vítima, resulta no dever de indenizar, em virtude da violação a dever de conduta.

b) As pessoas jurídicas de direito privado, quaisquer que sejam a sua natureza e os seus fins, respondem objetivamente pelos atos de seus dirigentes, administradores e empregados ou prepostos que, nessa qualidade, causem dano a outrem.

c) A responsabilidade daquele que provocar acidente por exercício de atividade de risco é objetiva, independentemente de conduta do agente provocador ou da vítima e da demonstração do nexo de causalidade entre a conduta perigosa e o dano por ela causado.

d) A fixação judicial do valor da indenização a título de danos morais está vinculada ao prejuízo experimentado e demonstrado pela vítima. Para a sua adequada fixação, consideram-se o poder econômico do réu e o caráter educativo da sanção.

16. Assinale a alternativa correta

a) O instituto da onerosidade excessiva está vinculado aos problemas relacionados com o sinalagma funcional do vínculo obrigacional

b) O instituto da onerosidade excessiva, positivado no novo código civil, pode ser verificado nos contratos de execução continuada ou diferida e sempre terá como consequência a revisão contratual.

c) A cláusula geral contida no art. 422 do novo código civil impõe ao juiz interpretar e, quando necessário, suprir e corrigir o contrato segundo a boa-fé objetiva, entendida como exigência de comportamento leal dos contratantes.

d) A função social do contrato, prevista no art. 421 do novo código civil, constitui cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito.

17. Félix e Joaquim são proprietários de casas vizinhas há cinco anos e, de comum acordo, haviam regularmente delimitado as suas propriedades pela instalação de uma singela cerca viva. Recentemente, Félix adquiriu um cachorro e, por essa razão, o seu vizinho, Joaquim, solicitou-lhe que substituísse a cerca viva por um tapume que impedisse a entrada do cachorro em sua propriedade. Surpreso, Félix negou-se a atender ao pedido do vizinho, argumentando que o seu cachorro era adestrado e inofensivo e, por isso, jamais lhe causaria qualquer dano. Com base na situação narrada, é correto afirmar que Joaquim

a) poderá exigir que Félix instale o tapume, a fim de evitar que o cachorro ingresse na sua propriedade, contanto que arque com metade das despesas de instalação, cabendo a Félix arcar com a outra parte das despesas.

b) poderá exigir que Félix instale o tapume, a fim de evitar que o cachorro ingresse em sua propriedade, cabendo a Félix arcar com as despesas de instalação, deduzindo-se desse montante metade do valor, devidamente corrigido, correspondente à cerca viva inicialmente instalada por ambos os vizinhos

c) não poderá exigir que Félix instale o tapume, uma vez que a cerca viva fora instalada de comum acordo e demarca corretamente os limites de ambas as propriedades, cumprindo, pois, com a sua função, bem como não há indícios de que o cachorro possa vir a lhe causar danos.

d) poderá exigir que Félix instale o tapume, a fim de evitar que o cachorro ingresse em sua propriedade, cabendo a Félix arcar integralmente com as despesas de instalação. poderá exigir que

Félix instale o tapume, a fim de evitar que o cachorro ingresse em sua propriedade, cabendo a Félix arcar com as despesas de instalação, deduzindo-se desse montante metade do valor, devidamente corrigido, correspondente à cerca viva inicialmente instalada por ambos os vizinhos.

PENAL

18. Franzino da Luz, ao chegar em casa, flagrou Furtolino Noturno dentro do quarto de sua filha, tentando estupra-la. Imediatamente apanhou o ferro elétrico que estava ao seu alcance e desferiu um golpe na cabeça de Furtolino, que teve morte instantânea. A polícia foi ao local e efetuou a prisão de Franzino encaminhando-o à Central de Flagrantes. Diante da constatação do fato típico, o delegado de polícia presidiu o auto de prisão em flagrante e encaminhou Franzino para a casa de detenção provisória. O flagrante foi homologado pelo Juiz de Direito. Que característica da lei penal legitima a prisão de Franzino da Luz, mesmo em face das circunstâncias em que praticou a conduta?

a) Exclusiva

b) Geral

c) Impessoal

d) Imperativa

19. Olho Grande, conhecido mediante do bairro, sentindo inveja de seu colega Mão Esperta, que apareceu no baile funk usando um celular de última geração, o qual era um lançamento exclusivo para aquela região, aproveitando um descuido de Mão Esperta subtraiu o aparelho e o jogou no igarapé que banha a cidade. O pensamento de Olho Grande foi o seguinte: “se eu não posso ter um aparelho celular desses, ele também não vai ter”. Que elemento do tipo penal determina qual o crime cometido por Olho Grande?

a) Elemento descritivo

b) Elemento subjetivo

c) Elemento normativo

d) Elemento objetivo

20. É ou não ético roubar um remédio cujo preço é inacessível, a fim de salvar alguém, que, sem ele, morreria? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. Ética. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2012 - adaptado). Com relação a ética e cidadania, avalie as afirmações seguintes.

I. Toda pessoa tem direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna, a oportunidades de realizar seus projetos, mesmo que esteja cumprindo pena de privação de liberdade, por ter cometido delito criminal, com trâmite transitado e julgado.

II. Sem o estabelecimento de regras de conduta, não se constrói uma sociedade democrática, pluralista por definição, e não se conta com referenciais para se instaurar a cidadania como valor.

III. Segundo o princípio da dignidade humana, que é contrário ao preconceito, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito, não importando, portanto, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, grau de instrução e orientação sexual.

É correto o que se afirma em

A) I, apenas.

B) III, apenas.

C) I e II, apenas.

D) I, II e III.

21. O homicídio qualificado mediante promessa de paga ou recompensa é:

- Crime formal, dado que o crime se consuma com a promessa de pagamento ainda que o resultado morte não tenha se efetivado;
- Crime permanente face o lapso temporal que pode existir entre a consumação e o resultado do crime;
- Crime plurisubjetivo, dado que é necessário no mínimo dois agentes para a incidência da qualificadora em questão
- Nenhuma das alternativas

22. O infanticídio tem como elementares:

- Domínio de violenta emoção da mãe em estado puerperal;
- Influência de estado puerperal da mãe que mata o próprio filho;
- A ocultação de desonra da mãe;
- Nenhuma das alternativas

23. O crime de moeda falsa é:

- Crime plurisubjetivo;
- Crime formal;
- Crime de perigo;
- Nenhuma das alternativas

AMBIENTAL

24. Para o licenciamento e a instalação de antenas de televisão (estações radiobase) nas proximidades de escolas e hospitais, deve-se levar em conta o princípio ambiental:

- do poluidor-pagador e do usuário-pagador
- da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável
- da prevenção e da precaução
- da competência federativa municipal e estadual

25. À luz dos princípios norteadores do Direito Ambiental brasileiro, analise as assertivas a seguir.

I – A existência de autorização administrativa para poluir, segundo as normas de emissão regularmente fixadas, isenta o poluidor da obrigação de pagar pela poluição por ele efetuada.

II – Havendo ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao meio ambiente, impõe-se a adoção de medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental, salvo na hipótese de ausência de certeza científica absoluta.

III – Quando a constituição impõe o dever de preservação do meio ambiente para as futuras gerações, determina que o desenvolvimento social deva ocorrer de forma sustentável, de modo que as gerações presentes atendam às suas necessidades sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

IV – Os cidadãos devem ter acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive sobre materiais e atividades perigosas em suas comunidades, mesmo quando previstas em Estudo de Impacto Ambiental.

Com base na análise feita, marque a alternativa correta:

- São verdadeiras apenas as assertivas III e IV.
- São verdadeiras apenas as assertivas I e III.
- São verdadeiras apenas as assertivas I, II e III.
- São verdadeiras apenas as assertivas I, II e IV.

PROCESSO CIVIL

26. (Procurador/SP – 2016) Em relação à audiência de conciliação ou de mediação, é correto afirmar:

- A audiência não será realizada se qualquer das partes, ainda que isoladamente, de maneira expressa ou tácita, manifestar seu desinteresse na composição consensual.

b) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representantes, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

c) A intimação do autor para essa audiência será realizada pessoalmente, por via postal, ou, se incabível, por mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça.

d) Se houver desinteresse na autocomposição, o autor deverá apontá-la na petição inicial, cabendo ao réu fazê-lo por ocasião de sua contestação, necessariamente.

27. (Procurador/SP – 2016) Em relação à audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar:

a) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem ou em áudio, em meio digital ou analógico, inclusive diretamente por qualquer das partes, nesse caso desde que haja autorização judicial.

b) Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.

c) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, regra porém não aplicável ao Ministério Público, em face dos interesses indisponíveis defendidos.

d) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcionalmente adiada mas em caso algum cindida, ainda que haja concordância das partes.

28. Com base na gravura abaixo, responda:



a) O advogado da parte autora instruiu de forma equivocada sua cliente, uma vez que do indeferimento da inicial caberá agravo de instrumento e não apelação, porquanto respectiva decisão tem cunho interlocutório e está prevista no rol taxativo do artigo 1.015 do NCPC.

b) Está correto, uma vez que do indeferimento da petição inicial caberá apelação, podendo o juiz retratar-se em 5 (cinco) dias e, em não alterando sua decisão, mandará citar o réu para responder ao recurso.

c) Está equivocada, uma vez que de acordo com o NCPC o indeferimento da petição inicial deverá ser alegado em preliminar de apelação, por tratar-se de *error in procedendo*.

d) Está correta, tendo em vista que do indeferimento da inicial caberá apelação, em 15 dias, com efeito suspensivo de plano sem possibilidade de retratação, sendo o recurso enviado pelo juízo *a quo*, diretamente ao *ad quem*, que ficará responsável pelo juízo monofásico de admissibilidade do recurso.

29. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux fez, durante a sessão desta quarta, um manifesto contra um estudo técnico feito no tribunal, mostrando que o novo Código de Processo Civil “inundará” a Corte e Tribunais de Justiça com processos desnecessários.

“Gostaria de refutar veementemente esse estudo do Supremo – que não conheço -que mostra que o novo Código vai inundar a Corte .O novo Código não vai inundar a Corte, e a Corte não está preocupada com o volume do trabalho em detrimento da redução razoável do processo”, disse. “Esse é um Código na Nação Brasileira e não serve a especulações curiosas”, protestou.

a) O ministro Luiz Fux fazia menção o juízo de admissibilidade do recurso especial e extraordinário que, antes da Lei nº 13.256, de 2016, que alterou o CPC de 2015, seria realizada de forma monofásica, unicamente pelos Tribunais Superiores.

b) O ministro Luiz Fux fazia menção ao acesso à justiça que foi facilitado pelo NCPC, em especial por equiparar os pressupostos de admissibilidade da gratuidade da justiça das pessoas jurídica e física.

c) O ministro Luiz Fux fazia menção ao fim da repercussão geral prevista no NCPC como requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário.

d) O ministro Luiz Fux fazia menção ao fim do agravo retido, tendo em vista que sua conversão em preliminar de apelação acabará por inundar os tribunais com mais demandas a serem julgadas.

30. Assinale a afirmativa correta:

I. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material.

II. Considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência bem como a decisão carente de fundamentação, relatório ou empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso concreto.

III. Pela leitura da súmula 356 do STF - *o ponto omissa da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento* – conclui-se que a interposição dos embargos de declaração prequestionadores é requisito de admissibilidade para recebimento do recurso extraordinário.

IV. Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de apresentar uma nova apelação, desconsiderando as razões da outra interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.

V. O Juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, somente sobre os embargos de declaração cujo acolhimento acarrete em eventuais efeitos infringentes na decisão.

- a) Apenas as alternativas I, III e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I, II, e V estão corretas.
- c) Apenas as alternativas II e IV.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

31. Chama-se execução provisória:

- a) Quando o devedor não é localizado;
- b) Quando não é possível a execução definitiva, em qualquer hipótese;
- c) Quando fundada em sentença impugnada mediante recurso recebido somente no efeito devolutivo;
- d) Quando fundada em decisão que concedeu antecipação de tutela.

32. A liquidação pelo procedimento comum tem cabimento quando:

- a) o devedor apelar da sentença condenatória;
- b) quando for determinada na sentença
- c) quando houver necessidade de alegar e provar fato novo;
- d) quando a natureza do objeto da liquidação exigir.

33. Assinale a alternativa CORRETA

- a) Na oferta ao público, a proposta pode ser formulada por aparelhos automáticos de venda de produtos que manifestam suas vontades através do anúncio que carregam.
- b) Em caso de morte do proponente, a obrigação não será transmitida para seu espólio.
- c) Na fase de aceitação, o silêncio traduz concordância. É a chamada aceitação tácita.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

34. Assinale a alternativa correta

- a) O instituto da onerosidade excessiva está vinculado aos problemas relacionados com o sinalagma funcional do vínculo obrigacional
- b) O instituto da onerosidade excessiva, positivado no novo código civil, pode ser verificado nos contratos de execução continuada ou diferida e sempre terá como consequência a revisão contratual.
- c) A cláusula geral contida no art. 422 do novo código civil impõe ao juiz interpretar e, quando necessário, suprir e corrigir o contrato segundo a boa-fé objetiva, entendida como exigência de comportamento leal dos contratantes.
- d) A função social do contrato, prevista no art. 421 do novo código civil, constitui cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito.

PROCESSO PENAL

35. Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- a) Decretada a prisão preventiva no curso das investigações, o prazo para conclusão do inquérito policial será de dez dias, contados da data em que a autoridade policial tomar conhecimento do cumprimento da ordem.
- b) Para a garantia da preservação das provas produzidas nos crimes de exclusiva ação penal privada, os autos do inquérito policial devem ser remetidos ao juízo competente, onde, não havendo manifestação no prazo decadencial para queixa, devem ser arquivados, vedada, em qualquer caso, a sua entrega ao ofendido.
- c) Em se tratando de crime de ação pública condicionada, poderá ser instaurado o inquérito pela autoridade policial sem a representação do ofendido, que deverá ser feita até o oferecimento da denúncia.
- d) Durante o inquérito policial, é assegurado ao defensor amplo acesso aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao direito de defesa.

36. Com relação ao inquérito policial, julgue os itens a seguir.

I - É uma peça escrita, preparatória da ação penal, de natureza inquisitiva.

II - É presidido pela autoridade policial, da chamada polícia judiciária, pois atua em face do fato criminoso já ocorrido.

III - Sua finalidade investigatória objetiva dar elementos para a *opinio delicti* do órgão acusador de que há prova suficiente do crime e da autoria, para que a ação penal tenha justa causa. Para a ação penal, justa causa é o conjunto de elementos probatórios razoáveis sobre a existência do crime e da autoria.

IV - Embora não se apliquem à atividade nele desenvolvida os princípios da atividade jurisdicional, o inquérito encerra um juízo de formação de culpa que se conclui com um veredicto de possibilidade ou não da ação penal.

V - É regido pelo princípio da não-exclusividade, ou seja, no sistema brasileiro, admite-se que mais de um órgão o presida, em função do princípio da primazia do interesse público.

Estão certos apenas os itens

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.

- c) I, IV e V.
d) II, III e V.

37. “A”, policial militar, valendo-se de arma da corporação, efetuou disparos que resultaram a produção dolosa da morte do cidadão “B”, farmacêutico com o qual teve uma discussão durante uma abordagem policial. Neste caso,

- a) a competência será da justiça comum somente se os motivos dos disparos não estiverem relacionados com a diligência policial.
b) “A” deverá ser julgado pela justiça militar, porquanto se encontrava em serviço e utilizava arma da corporação.
c) o fato de “A” estar em serviço não impõe a competência da justiça militar, mas sim o fato de ter utilizado arma da corporação.
d) são irrelevantes para competência as circunstâncias citadas.

38. Considere a seguinte definição: “face a inobservância do modelo típico ou a ausência de requisito indispensável para a prática do ato processual, são passíveis de decretação de ineficácia, reconhecendo sua nulidade absoluta ou relativa. Apesar de estarem sujeitos ao reconhecimento de sua inaptidão para produzir efeitos regulares, tais atos são juridicamente existentes e produzem seus efeitos regulares enquanto não declarada sua nulidade” (Renato Brasileiro). Partindo desse conceito avalie as proposições abaixo e assinale a única alternativa correta:

- a) A nulidade absoluta é aquela em que o prejuízo não precisa ser demonstrado; não opera a preclusão, podendo ser arguida a qualquer tempo e grau de jurisdição.
b) A denúncia intempestiva e apresentação de memoriais no procedimento sumaríssimo são hipóteses de nulidade relativa.
c) A irregularidade é a desconformidade irrelevante que, não causa prejuízo, não influencia a decisão da causa, devendo obrigatoriamente ser arguida após a audiência de instrução e debates.
d) A nulidade absoluta pode ser conhecida pelo Tribunal, quando da análise de recurso da acusação, ainda que não arguida pela parte.

39. João foi denunciado pela prática de crime de furto simples. Na denúncia, o Ministério Público apenas narrou que houve a subtração do cordão da vítima, indicando hora e local. Na audiência de instrução e julgamento, a vítima narrou que João empurrou-a em direção ao chão dizendo que se gritasse “o bicho ia pegar”, arrancando, em seguida, o seu cordão. Diante da narrativa da violência e da grave ameaça, o juiz fica convencido de que houve crime de roubo e não de furto.

Sobre o caso apresentado, de acordo com o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

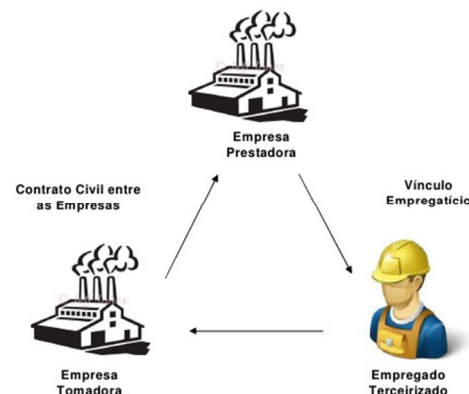
- a) O juiz na sentença poderá condenar João pelo crime de roubo, com base no artigo 383 do CPP, que assim dispõe: “O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave”.
b) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz deve aplicar o artigo 28 do CPP.
c) Encerrada a instrução probatória, o Ministério Público deverá aditar a denúncia em 5 (cinco) dias. Se o Ministério Público ficar inerte, o juiz poderá condenar João pelo crime de roubo, tendo em vista que a vítima narrou a agressão em juízo.
d) O juiz poderá condenar João pelo crime de roubo, independentemente de qualquer providência, em homenagem ao princípio da verdade real.

TRABALHO

40. São fontes heterônomas do Direito do Trabalho, dentre outras:

- a) As Convenções Internacionais e as Convenções Coletivas de Trabalho.
b) As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos.
c) Os Tratados, as Convenções Internacionais e a Constituição Federal.
d) A Constituição Federal e os Usos e Costumes.

41. Diante do caso abaixo, assinale a afirmativa correta.



ABC Manutenção e Limpeza manteve contrato de fornecimento de mão de obra de limpeza com *Aeroportos Brasileiros*, empresa pública federal. Por ocasião da ruptura do contrato entre as

empresas, Paulo, funcionário da *ABC Manutenção e Limpeza*, e que prestava serviços para *Aeroportos Brasileiros*, foi dispensado sem receber as verbas rescisórias. Ajuizou ação trabalhista em face de ambas as empresas, sendo a empregadora revel. A tomadora dos serviços apresentou defesa com robusta documentação, demonstrando a efetiva fiscalização do cumprimento do contrato e de aspectos legais, sendo certo que o contrato foi cancelado justamente em razão desta fiscalização.

- a) A empresa pública federal responde solidariamente por força da terceirização.
b) A empresa pública federal responde subsidiariamente por força da terceirização, haja vista o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
c) A empresa pública federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda porque não tem vínculo de emprego com Paulo.
d) A empresa pública federal não responde pelo inadimplemento das verbas trabalhistas porque sua responsabilidade não decorre do simples inadimplemento contratual, tendo ficado provado, no caso, que houve efetiva fiscalização por parte da tomadora dos serviços.

42. No tocante às férias, considere:

- I. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal para pagamento.
II. O empregado que tiver onze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a vinte e quatro dias corridos de férias.
III. O empregado que tiver quinze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a dezoito dias corridos de férias.
IV. Não terá direito à férias o empregado que, no curso do período aquisitivo deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de quinze dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, II e IV.
b) I, II e III.
c) I e IV.
d) II e III.

43. Leia o texto motivador e avalie as assertivas de I a III:

23/11/09 – 18h08 - Atualizado em 23/11/09 - 18h08.

Lloyds anuncia 700 demissões no setor de seguros. Banco britânico já anunciou 13 mil cortes desde janeiro deste ano. Perda de contrato justificou redução de quadro, informou instituição. Da

Reuters:

“O banco britânico Lloyds anunciou nesta segunda-feira (23) a demissão de cerca de 700 funcionários da divisão de vida, seguros e pensões. A companhia justificou a decisão com o fato de que seu contrato com a seguradora Equitable Life terminará em março 2011 e não haverá a renovação do acordo. A Equitable Life terminará seu contrato com o grupo britânico para transferir o trabalho para a empresa indiana HCL Technologies. Como consequência, o Lloyds terá que transferir funcionários da área de pensão e de administração de investimentos de Aylesbury, no sudeste da Inglaterra, para a HCL. Segundo comunicado do banco, algumas das demissões anunciadas nesta segunda já estavam previstas no corte de 5 mil vagas anunciadas no início do mês, mas a empresa não detalhou os números. O Lloyds foi duramente afetado pela crise econômica e já anunciou mais de 13 mil demissões desde janeiro”. (Fonte:

http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL13894-30-9356,00-

[LOYDS+ANUNCIA+DEMISSOES+NO+SETOR+DE+SEGUROS.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL13894-30-9356,00-LOYDS+ANUNCIA+DEMISSOES+NO+SETOR+DE+SEGUROS.html))

A respeito da dispensa coletiva, julgue as assertivas a seguir:

I – O Tribunal Superior do Trabalho considera a negociação coletiva imprescindível para a validade da dispensa em massa de trabalhadores;

II – Para o Tribunal Superior do Trabalho, dois traços caracterizam a dispensa coletiva, permitindo distingui-la da dispensa plúrima: a peculiaridade da causa da dispensa, que é comum a todos os empregados, não se prendendo ao comportamento de nenhum deles, mas a uma necessidade da empresa, e a redução definitiva do quadro do pessoal da empresa, uma vez que os empregados dispensados não são substituídos, ou porque se tornaram desnecessários ou porque não tem a empresa condições de conservá-los;

III – Na falta de regramento legal, a jurisprudência tem adotado critério exclusivamente quantitativo para a identificação da dispensa coletiva: a dispensa de, pelo menos 100 empregados, em um curto espaço de tempo, presume a existência de uma dispensa coletiva;

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) II e III;
- b) III;
- c) I e III;
- d) I e II;

44. A respeito do aviso prévio, é correto o que se afirma em:

- a) Aplica-se a regra prevista no “caput” do art. 132 do Código Civil de 2002 à contagem do prazo de aviso prévio, excluindo-se o dia do começo e incluindo o do vencimento;
- b) É válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a compatibilidade dos dois institutos;
- c) As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio;
- d) O aviso prévio é inerente aos contratos com duração indeterminada que permitam a sua terminação pelo simples exercício da vontade unilateral das partes. Logo, o aviso prévio é instituto relacionado às hipóteses de dispensa sem justa causa de contrato de trabalho por prazo indeterminado, razão pela qual a gestante não adquire garantia provisória no emprego em caso de confirmação da gravidez durante o pré-aviso.

45. A respeito da terminação do contrato de trabalho, julgue as assertivas a seguir:

I – são consideradas normais as extinções que coincidem com o implemento do termo final ou da condição resolutiva;

II – Extinto o contrato por prazo determinado, o empregado terá direito a levantar (i) o FGTS, (ii) a receber o saldo de salário dos dias trabalhados, (iii) férias (simples e/ou proporcionais + 1/3) e

(iv) 13º;

III – É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico;

IV – A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e IV;
- b) II, III e IV;
- c) III;
- d) I, II e III;

PROCESSO DO TRABALHO

46. O reclamado/Réu possui um conjunto de faculdades previstas na lei processual para resistir de forma ativa à pretensão do Reclamante/Autor: Contestação; Exceção e Reconvenção.

Em relação as modalidades de resposta do Réu, marque a alternativa correta:

- a) A compensação poderá ser arguida em qualquer momento, até que a sentença seja proferida.
- b) A Contestação é a peça defensiva em que o Reclamado/Réu terá a oportunidade de impugnar a pretensão aduzida na Inicial e também apresentar toda a matéria de defesa que entende pertinente.
- c) Apresentada exceção de incompetência em razão do lugar, o Juiz do Trabalho é obrigado a julgá-lo de imediato, na audiência inaugural.
- d) No processo do trabalho a reconvenção é o meio próprio e específico para arguir defesas indiretas de cunho processual, tais como litispendência e coisa julgada.

47. As provas são instrumentos admitidos para formar o convencimento do juiz quanto a um fato processual controvertido, relevante e determinado e cuja confirmação é necessária para o julgamento do conflito submetido à jurisdição.

A esse respeito com relação as provas do processo do trabalho, marque a alternativa correta.

- a) As partes não poderão indicar mais de 3 testemunhas, seja qual for o procedimento, mesmo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave.
- b) Mesmo se tratando de documento antigo, as partes poderão apresentar prova documental a qualquer tempo.
- c) As testemunhas comparecerão a audiência independente de notificação ou intimação.
- d) Para utilização da prova emprestada, não é necessário que o fato probando seja idêntico.

48. Maria ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex-empregadora empresa WAA. Na audiência inaugural a reclamada contestou o pedido, sendo designada perícia para verificação do pedido de adicional de periculosidade. Após a realização da perícia foi designada audiência de prosseguimento para instrução e julgamento. Na data referida audiência não compareceram a reclamante e nem o seu advogado, mas compareceram a reclamada e seu patrono. Neste caso, Considerando que as partes estavam devidamente intimadas da referida audiência, inclusive, para prestarem depoimento pessoal, sob pena de confissão.

- a) A audiência se realizará sem a presença de Maria, sendo que para ela não será aplicada a pena de confissão, uma vez que esta é aplicada exclusivamente à parte reclamada.
- b) O juiz determinará o arquivamento da Reclamação Trabalhista, em razão da ausência da Reclamante.

- c) O juiz determinará a redesignação de audiência, com a notificação da Reclamante e de seu Advogado.
- d) A audiência se realizará sem a presença de Maria e para ela será aplicada a pena de confissão.

49. A competência territorial da Justiça do Trabalho, também chamada de competência de foro, leva em consideração e o limite territorial da competência de cada órgão que compõe a Justiça do Trabalho. Sobre o tema, é competente para julgar reclamação trabalhista a Vara da localidade:

- a) Eleita pelas partes interessadas no contrato de trabalho.
- b) Em que o empregado foi contratado.
- c) Em que o empregado tem seu domicílio.
- d) Em que o empregado presta serviços.

50. A respeito da sentença trabalhista, analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa correta.

- I. No procedimento sumaríssimo o relatório da sentença é dispensado.
- II. No procedimento ordinário a sentença trabalhista, deverá constar o nome das partes; resumo do pedido e da defesa; apreciação das provas; fundamentos da decisão; e respectiva conclusão.
- III. O dispositivo da sentença trabalhista deve conter o valor das custas processuais, que sempre serão 2% sobre o valor da condenação (se procedente), se improcedente, sobre o valor atribuído à causa.
- a) Todas as afirmativas estão corretas
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas
- c) As afirmativas II III estão incorretas
- d) Somente as afirmativas I e III estão corretas

ADMINISTRATIVO

51. Dentre as questões apresentadas, qual delas possui a alternativa correta:

- a) As entidades políticas são aquelas que recebem suas atribuições da própria CF, mas não as exercem com plena autonomia.
- b) Ampara-se no princípio federativo, a instituição constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios como entidades políticas dotadas de autonomia.
- c) A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal, os municípios e os territórios.
- d) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal (DF), adota a federação como forma de Estado.

52. José dos Santos Carvalho Filho afirma que o Direito Administrativo como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a lume com a instituição do Estado de Direito, ou seja, quando o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo.

Acerca da evolução do conceito de direito Administrativo, marque a alternativa correta:

- a) O direito administrativo tem como objeto atividades de administração pública em sentido formal e material, englobando, inclusive, atividades exercidas por particulares, não integrantes da administração pública, no exercício de delegação de serviços públicos.
- b) O nascimento do Direito Administrativo ocorre dissociado dos movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII.
- c) O regime das monarquias absolutistas, cujo brocardo era o célebre “*L'État c'est moi*”, em que todos os poderes do Estado desaguavam nas mãos do monarca, tornou forte as relações entre o Estado e os súditos. Fato que contribuiu para o aperfeiçoamento do Direito Administrativo.
- d) O direito administrativo, como novo ramo autônomo, propiciou

nos países que o adotaram critérios únicos como foco de seu objeto e conceito .

53. Para Marçal Justen Filho, o Direito Administrativo é o conjunto das normas jurídicas de direito público que disciplinam a atividade administrativa pública necessária à realização dos direitos fundamentais e a organização e o funcionamento das estruturas estatais e não estatais encarregadas de seu desempenho.

Já com relação às fontes do direito administrativo, qual das questões abaixo é verdadeira:

- a) Por se tratar de uma disciplina desprovida de código, a doutrina cria diretamente norma administrativista.
- b) A jurisprudência, entendida como reiteradas decisões dos tribunais sobre determinado tema, não tem, em hipótese alguma, a força cogente de uma norma criada pelo legislador.
- c) No direito administrativo, somente a lei constitui fonte primária na medida em que as demais fontes (secundárias) estão a ela submetidas.
- d) Lucia Valle Figueiredo não admite que os costumes sejam fontes do Direito Administrativo, o que constitui a visão majoritária da doutrina.

54. Os princípios jurídicos como mandamentos de otimização é um conceito desenvolvido por Robert Alexy. Segundo essa ideia os princípios são regras que exigem que algo seja realizado na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes. Considerando os princípios que regem o Direito Administrativo, assinale a opção correta.

- a) A supremacia do interesse público sobre o privado constitui princípio expresso no texto constitucional.
- b) O supraprincípio da indisponibilidade do interesse público enuncia que os agentes públicos não são donos do interesse por eles defendidos.
- c) O rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo esgota-se no caput do art. 37 da CF/88.
- d) Em processos administrativos, por inexistir jurisdição em sentido estrito, não se aplica a utilização dos instrumentos necessários à ampla defesa.

55. A doutrina, segundo Alexandre Mazza, costuma tratar do conceito de poder de polícia empregando a expressão em duas acepções distintas, poder de polícia em sentido amplo e poder de polícia em sentido estrito. Ainda segundo esse autor, a doutrina tende a restringir o conceito de poder polícia às atuações limitadoras da liberdade e propriedade privada. Assim sendo, dentre as definições apresentadas do que venha a ser esse Poder, qual delas está incorreta:

- a) Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.
- b) A atividade da Administração Pública, expressa em atos normativos, de condicionar, com fundamento em sua supremacia geral e na forma da lei, a liberdade e propriedade dos indivíduos, mediante ação ora fiscalizadora, ora preventiva, ora repressiva, impondo coercitivamente aos particulares um dever de abstenção.
- c) Atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- d) Prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade, por vezes, em favor do interesse da coletividade.

56. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O exercício do poder discricionário pode concretizar-se tanto no momento em que o ato é praticado, bem como posteriormente, como no momento em que a administração decide por sua revogação.

b) A fixação do prazo de validade e a prorrogação de um concurso público não se inserem no âmbito do poder discricionário da administração.

c) Ao secretário estadual de finanças é permitido delegar, por razões técnicas e econômicas e com fundamento no seu poder hierárquico, parte de sua competência a presidente de empresa pública, desde que o faça por meio de portaria.

d) A aplicação das penas de perda da função pública e de ressarcimento integral do dano em virtude da prática de ato de improbidade administrativa situa-se no âmbito do poder disciplinar da administração pública.

TRIBUTÁRIO

57. Segundo o CTN, marque a única causa de exclusão do crédito tributário:

- a) pagamento;
- b) parcelamento;
- c) isenção;
- d) moratória

58. “Alfredo Augusto Becker defende que a licitude é um dos elementos essenciais do conceito de tributo, não podendo, pois, haver hipótese de incidência abarcando em si fato ilícito.” Com base no texto, marque a alternativa correta:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária, podendo ser oriunda de sanção de ato ilícito não pago.
- b) A função fiscal do tributo está diretamente relacionada com a arrecadação de valores ao erário público, seja de condutas lícitas ou ilícitas.
- c) O princípio do *pecunia non olet* determina que fatos ilícitos poderão ser indicados como aspecto material da hipótese de incidência dos tributos.
- d) A função extrafiscal tem por objetivo inibir ou induzir condutas lícitas, sendo esta a característica que diferencia o tributo proibitivo da sanção de ato ilícito.

59. 64. O IGF poderá ser instituído:

- a) pela União, cuja competência é residual para tanto;
- b) pelos Estados, cuja competência é extraordinária;
- c) pela União, cuja competência é privativa, e será realizado por intermédio de Lei Complementar;
- d) pela União, cuja competência é residual para tanto, e será realizado por intermédio de Lei Complementar;

60. “Imunes são as pessoas, bens ou situações não abrangidos pelos contornos das regras de competência tributária, mediante normas explícitas ou implícitas, porque extraíveis de um ou mais princípios constitucionais. (...) Sendo o reverso da atribuição de competência tributária, a vedação da possibilidade de imposição tributária, por imposto, em dada hipótese, mediante norma constitucional explícita ou implícita, implica, necessariamente, a imunidade”.

Diante disso, a imunidade não permite que:

- a) o Estado cobre tarifa de água consumida em imóvel da União.
- b) o Estado cobre contribuição de melhoria em relação a bem do Município valorizado em decorrência de obra pública)
- c) o Município cobre a taxa de licenciamento de obra da União.
- d) a União cobre Imposto de Renda sobre os juros das aplicações financeiras dos Estados e dos Municípios.

EMPRESARIAL

61. Alfredo Chaves exerce, em caráter profissional, atividade intelectual de natureza literária, com a colaboração de auxiliares. O exercício da profissão constitui elemento de empresa. Não há registro da atividade por parte de Alfredo Chaves em nenhum órgão público. Com base nessas

informações e nas disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) Alfredo Chaves não é empresário, porque exerce atividade intelectual de natureza literária.
- b) Alfredo Chaves não é empresário, porque não possui registro em nenhum órgão público.
- c) Alfredo Chaves é empresário, independentemente da falta de inscrição na Junta Comercial.
- d) Alfredo Chaves é empresário, porque exerce atividade não organizada em caráter profissional.

62. Assinale a alternativa CORRETA. Empresário é caracterizado:

- a) Pela atividade lucrativa.
- b) Pelo registro na Junta Comercial.
- c) Pelo exercício profissional de atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou de serviços.
- d) Pela atividade lucrativa lícita.

63. Considera-se empresário aquele que exerce:

- a) profissionalmente atividade econômica organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços, atividade literária ou artística, atividades literária ou artística, se, nestas últimas, o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
- b) profissionalmente atividade econômica organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços, atividade literária ou artística.
- c) profissionalmente atividade econômica organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços, ainda que de natureza científica.
- d) atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, ainda que fora do exercício profissional.

64. Em relação à incapacidade e proibição para o exercício da empresa, assinale a alternativa correta.

- a) Caso a pessoa proibida de exercer a atividade de empresário praticar tal atividade, deverá responder pelas obrigações contraídas, podendo até ser declarada falida.
- b) Aquele que tenha impedimento legal para ser empresário está impedido de ser sócio ou acionista de uma sociedade empresária.
- c) Entre as pessoas impedidas de exercer a empresa está o incapaz, que não poderá exercer tal atividade.
- d) Por se tratar de matéria de ordem pública e considerando que a continuação da empresa interessa a toda a sociedade, quer em razão da arrecadação de impostos, quer em razão da geração de empregos, caso a pessoa proibida de exercer a atividade empresarial o faça, poderá requerer a recuperação judicial.

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

65. Luciano, professor vinculado à Universidade Federal, ministrando aulas no curso de Direito, resolve atuar, em causa própria, pleiteando benefícios tributários em face da União Federal. Nos termos do Estatuto, é correto afirmar que:

- a) É situação peculiar que permite o exercício da advocacia mesmo contra entidade vinculada.
- b) A situação caracteriza impedimento, uma vez que há vínculo da Universidade com a União Federal.
- c) O docente em cursos de Direito não pode exercer a advocacia, sendo circunstância de incompatibilidade.
- d) Enquanto durar o exercício do magistério, a inscrição na OAB permanecerá suspensa.

66. Assinale a opção correta em relação ao Estatuto da OAB:

- a) Juntamente com a eleição do Conselho Seccional e da Subseção, os advogados elegem diretamente o Conselho Federal da OAB.

b) Uma subseção pode abranger um ou mais municípios e, ainda, partes de município.

c) Uma seccional pode abranger um ou mais estados da Federação.

d) Uma Caixa de Assistência aos Advogados não tem personalidade própria, mas o Conselho Seccional a que ela se vincula, sim.

67. Paulo é advogado empregado de empresa de grande porte atuando como diretor jurídico e tendo vários colegas vinculados à sua direção. Instado por um dos diretores, escala um dos seus advogados para atuar em processo judicial litigioso, no interesse de uma das filhas do referido diretor. À luz das normas estatutárias, é correto afirmar que:

a) A defesa dos interesses dos familiares dos dirigentes da empresa está ínsita na atuação profissional do advogado empregado.

b) A atuação do advogado empregado nesses casos pode ocorrer voluntariamente, sem relação com o seu emprego.

c) A relação de emprego retira do advogado sua independência profissional, pois deve defender os interesses do patrão.

d) Em casos de dedicação exclusiva, a jornada de trabalho máxima do advogado será de quatro horas diárias e de vinte horas semanais.

68. Sobre a prescrição da pretensão punitiva das infrações disciplinares, assinale a afirmativa correta.

a) A pretensão punitiva quanto às infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato, interrompendo-se pela instauração de processo disciplinar ou pela notificação válida do representado.

b) A pretensão punitiva das infrações disciplinares prescreve em três anos, contados da data da constatação oficial do fato, interrompendo-se pela instauração de processo disciplinar ou pela notificação válida do representado.

c) A pretensão punitiva das infrações disciplinares é imprescritível.

d) A pretensão punitiva das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato, não havendo previsão legal de marco interruptivo de tal prazo prescricional.

69. Ao requerer sua inscrição nos quadros da OAB, Maria assinou e apresentou declaração em que afirmava não exercer cargo incompatível com a advocacia. No entanto, exercia ela ainda o cargo de Oficial de Justiça no Tribunal de Justiça do seu Estado. Pouco tempo depois, já bem sucedida como advogada, pediu exoneração do referido cargo. No entanto, um defazeto seu, tendo descoberto que Maria, ao ingressar nos quadros da OAB, ainda exercia o cargo de Oficial de Justiça, comunicou o fato à entidade, que abriu processo disciplinar para apuração da conduta de Maria, tendo ela sido punida por ter feito falsa prova de um dos requisitos para a inscrição na OAB. De acordo com o EAOAB, assinale a opção que indica a penalidade que deve ser aplicada a Maria.

a) Maria não deve ser punida porque, ao tempo em que os fatos foram levados ao conhecimento da OAB, ela já não mais exercia cargo incompatível com a advocacia.

b) Maria não deve ser punida porque o cargo de Oficial de Justiça não é incompatível com o exercício da advocacia, não tendo Maria, portanto, feito prova falsa de requisito para inscrição na OAB.

c) Maria deve ser punida com a pena de suspensão, pelo prazo de noventa dias.

d) Maria deve ser punida com a pena de exclusão dos quadros da OAB.

70. Camila, residente e domiciliada em Porto Velho/RO, é uma advogada inscrita somente no Conselho Seccional da OAB Rondônia. Além de atuar perante o poder judiciário rondoniense, onde possui 13 ações tramitando, Camila

pretende atuar, também, em 5 processos na justiça estadual do Paraná, 15 processos em Goiás, 2 em Minas Gerais e 6 em Roraima. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

a) A situação de Camila é regular, pois a inscrição na OAB tem caráter nacional, podendo ela advogar em todo o território brasileiro, bastando a inscrição original da OAB/RO.

b) Camila deve solicitar a transferência de sua inscrição para a OAB Goiás, pois ela irá atuar em mais processos na justiça goiana que na justiça portovelhense.

c) Camila tem o dever de solicitar inscrição suplementar na OAB/PR, OAB/GO e OAB/RR.

d) Camila tem o dever de solicitar inscrição suplementar na OAB/GO e OAB/RR.

71. Em relação ao Processo Disciplinar, assinale a alternativa incorreta:

a) O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação do interessado. Sendo que a instauração, de ofício, do processo disciplinar dar-se-á em função do conhecimento do fato, quando obtido por meio de fonte idônea ou em virtude de comunicação da autoridade competente.

b) A representação será formulada ao Presidente do Conselho Federal ou ao Presidente do Conselho Seccional, por escrito ou verbalmente, devendo, neste último caso, ser reduzida a termo.

c) O advogado que tenha sofrido sanção disciplinar poderá requerer, um ano após seu cumprimento, a reabilitação, em face de provas efetivas de bom comportamento.

d) Cabe revisão do processo disciplinar, na forma prevista no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, a exemplo do erro de julgamento ou por condenação baseada em falsa prova.

72. Assinale a alternativa correta:

I. No Conselho Federal têm direito de voz, além dos Conselheiros Federais, os seus ex- Presidentes, os Presidentes de Seccionais, os agraciados com a Medalha Rui Barbosa e o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

II. No Conselho Seccional têm direito de voz, além dos Conselheiros Seccionais, os seus ex- Presidentes, o Presidente do Conselho Federal, os Conselheiros Federais do respectivo estado, o Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados, os Presidentes de Subseções e o Presidente do Instituto dos Advogados do respectivo estado.

III. O Conselho Federal, os Conselhos Seccionais e as Subseções são as entidades da OAB que têm personalidade jurídica.

IV. O exercício de cargo de Conselheiro ou membro de Diretoria da OAB é considerado serviço público relevante, além de ser gratuito e obrigatório.

a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

b) Todas as assertivas estão corretas.

c) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

73. O advogado Armando alterou o endereço de seu escritório e, para comunicar tal alteração, enviou correspondência a grande número de pessoas, notadamente, seus clientes e outros advogados. Observadas as regras do Estatuto da OAB e do Código de Ética e Disciplina da OAB, Armando realizou publicidade irregular?

a) Sim. Considera-se imoderado qualquer anúncio profissional mediante remessa de correspondência a uma coletividade.

b) Sim. Ao advogado é vedado o envio de correspondência a clientes, salvo para tratar de temas que sejam de interesse desses últimos.

c) Não. Armando poderia ter enviado a correspondência em questão, pois estava apenas comunicando a alteração de seu endereço.

d) Não. A publicidade por meio de correspondência é permitida em qualquer caso e para comunicar qualquer tipo de informação.

DIREITO AGRÁRIO

74. No que se refere às infrações e sanções disciplinares previstas na Lei n.º 8.906/1994 e sua interpretação nos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- a) A censura se aplica na hipótese de deixar o advogado de pagar as contribuições, multas e preços de serviços devidos à OAB, depois de regularmente notificado, e na hipótese de prática, pelo estagiário, de ato excedente de sua habilitação.
- b) O recebimento de valores, da parte contrária ou de terceiro, relacionados com o objeto do mandato, sem expressa autorização do constituinte, é causa para aplicação da sanção de exclusão dos quadros da Ordem.
- c) A exclusão é aplicável nos casos de aplicação, por três vezes, da penalidade de suspensão, após manifestação favorável de 2/3 dos membros do Conselho Seccional competente.
- d) A prescrição da pretensão punitiva ocorre em cinco anos, a contar da prática do ato infracional.

80. Da perspectiva da autonomia, o Direito Agrário se ressentido de meios para a plenitude de sua aplicabilidade. A assertiva vem corroborada pelos inúmeros conflitos agrários que têm registros no curso da história mais antiga e da história recente de nossa sociedade. Partindo desta constatação, concluímos que o Direito Agrário se ressentido de autonomia:

- a) legislativa
- b) científica
- c) jurisdicional
- d) doutrinária

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

75. Qual dos itens abaixo não é um mecanismo de solução de controvérsia diplomática:

- a) Negociação direta;
- b) Sistema de consultas
- c) Bons ofícios
- d) Retorsão
- e) Mediação

76. A OMC descreve que é considerada uma Zona de Livre Comércio quando um bloco econômico abarca ao menos um certo percentual dos bens comercializados entre os membros do grupo. Este percentual é de:

- a) 30%
- b) 55%
- c) 80%
- d) 100%

77. São considerados como objeto do Direito Internacional Privado todos os indicativos das alternativas abaixo, com exceção de:

- a) reconhecimento de direitos adquiridos no estrangeiro;
- b) conflitos de leis no espaço;
- c) situação jurídica do estrangeiro;
- d) criação de um direito internacional.

78. Em controvérsia submetida ao juiz brasileiro sobre contrato firmado no exterior por brasileiro domiciliado no exterior e estrangeiro domiciliado no Brasil, aplica-se ao mérito:

- a) lei do local da celebração do contrato;
- b) lei do local da execução do contrato;
- c) lei da nacionalidade das partes;
- d) lei do domicílio da parte autora.

CONSUMIDOR

79. Em relação ao consumidor e ao fornecedor, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o CDC, entes desprovidos de personalidade jurídica não podem ser considerados fornecedores.
- a) De acordo com a legislação brasileira, pessoa jurídica estrangeira que pretenda atuar como fornecedora no Brasil deve ter sede instalada no país.
- c) O CDC conceitua, de forma taxativa, o consumidor como a pessoa natural destinatária do produto ou serviço.
- d) Considera-se consumidor a pessoa que adquire o produto ou o serviço ou, ainda, a que, não o tendo adquirido, o utiliza.